

A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA NA LÓGICA DA EXCLUSÃO

Rafaella Rocha De Carvalho

A escola, desde os primórdios, mantém uma forma tradicional de ensino, em que os estudantes precisam realizar tarefas padronizadas, nas quais seu desempenho indicará se eles são bons alunos ou não. Vivemos em uma sociedade que coloca a escolarização em uma posição de grande importância e como requisito de uma vida de sucesso.

De acordo com essa visão de ensino, os sujeitos ficam impossibilitados de buscar novas formas de “vencer na vida” que não seja o caminho escolarizado. As pessoas que não entram na escola são excluídas pela sociedade, as que nela ingressam e não se adaptam à lógica escolar também são excluídas e envolvidas em uma falsa ideia de inclusão. Tomando como base esse cenário, questiona-se como a escola contribui para a lógica da exclusão. Pretende-se discutir nesse texto como a lógica escolar pode ser excludente tanto dentro da escola, como fora dela, na sociedade como um todo.

Como mencionado por Tunes e Pedrosa (2007), a escolarização no Brasil, e em muitos outros países, ocupa o lugar de chave para a realização de sonhos e da conquista de uma boa qualidade de vida. A escola é instituída como obrigatória, como principal veículo de ascensão e mobilidade social e assim todos precisam frequentá-la, caso não frequentemente estão fora da lei e muitas possibilidades de futuro restringem-se a eles.

Ao instituir a escolarização obrigatória, a sociedade é polarizada, afinal há uma hierarquização de pessoas e nações, em que se calcula qual nação é a mais desenvolvida, tomando como referência o número de indivíduos que frequentam a escola e possuem altos desempenhos. Isso faz com que o mundo se divida em um sistema de castas, os escolarizados e desenvolvidos versus os subdesenvolvidos, que possuem uma parte da população fora da escola tradicional (ILLICH, 1970).

Tunes e Pedrosa (2007) afirmam que o ensino escolarizado é obrigatório e muitas pessoas não se adaptam aos métodos de ensino tradicionais, não são contempladas pelo modelo escolar que predomina na sociedade ocidental. As pessoas que não ingressam nas escolas são excluídas pela sociedade e, quando ingressam, também sofrem a exclusão, uma vez que a inclusão de uma pessoa numa instituição que é instituída como obrigatória nada mais é que a captura desse indivíduo como um refém, mantendo-a assim excluída e fazendo-a conviver com métodos com os quais ela não se adapta.

Instituída a obrigatoriedade no sistema escolar, muitas pessoas ficam sujeitas à exclusão. A exclusão existe dentro da própria lógica escolar, uma vez que um padrão de desenvolvimento normal é estabelecido: a criança precisa ler e escrever em determinada idade, fazer operações matemáticas em outra e assim por diante. Contudo, nem todas as crianças se desenvolvem do mesmo modo e no mesmo período, o que pode gerar exclusão. A lógica escolar age como se existisse uma faixa que demarcasse a normalidade do crescimento e do desenvolvimento infantil (MUNDIM NETO, 2017).

Além da demarcação de normalidade no desenvolvimento das crianças, a escola também promove a exclusão com os seus instrumentos de testagem de conhecimento, como as avaliações periódicas, as quais são ferramentas que foram naturalizadas para selecionar os melhores da espécie, ações que têm como base princípios eugênicos (MUNDIM NETO, 2017).

Além do fato de que as avaliações produzem a exclusão dos que a elas não se adaptam, muitas vezes são também atividades desprovidas de sentido. Porém, mesmo que as pessoas responsáveis pelo ensino saibam que essas atividades, muitas vezes, não têm sentido para os estudantes, elas são efetivadas para que tudo aconteça nos moldes propostos (MUNDIM NETO, 2017).

As avaliações também colaboram para que a escola se mantenha em uma lógica mercadológica, uma vez que nivela as crianças, colocando umas em posição de destaque e outras não. Assim a educação se torna um produto, objetifica as pessoas. Inclusive, a sociedade como um todo incentiva esse comportamento, já que as famílias se mostram muito orgulhosas quando seus filhos são reconhecidos por suas notas altas e bom desempenho acadêmico (MUNDIM NETO, 2017).

A educação tratada como mercadoria leva a uma confusão de sentidos, um termo passa a abarcar o sentido do outro: tem-se o ensino como aprendizagem, obtenção de graus como educação e aquisição de diplomas como a competência para realizar determinada tarefa. A sociedade é tão dependente da escolarização que o aprender em casa ou por si próprio é visto com olhos de desconfiança, assim como o medicar-se a si próprio sem consultar um médico. A confiança nas instituições é tão grande que as iniciativas independentes de aquisição de conhecimento não são devidamente reconhecidas (ILLICH, 1970).

Uma possível solução para enfrentar a exclusão nas escolas seria a mudança dos métodos avaliativos, talvez sem usar notas, sem quantificar o conhecimento e ranquear os alunos, mas apenas com o intuito de verificar o que eles aprenderam. Também seria interessante abster-se de definir o que a criança deveria aprender em cada idade e, em vez disso, buscar entender o ritmo de cada uma e a ele se adaptar.

Outra possível solução para diminuir a discriminação e o preconceito com quem não frequenta uma escola formal seria basear-se no que Illich aborda em seu livro “Uma sociedade sem escolas”. O autor aponta como uma solução a criação de uma lei que proíba a discriminação na contratação empregatícia, nas eleições e na admissão a centros de aprendizagem. Dessa forma, essas seleções, em vez de exigir que as pessoas tenham cursado determinado curso por algum tempo, no caso a escola, poderiam selecioná-las testando o conhecimento que elas possuem para a oportunidade em questão, independentemente de sua origem, se formal ou informalmente (ILLICH, 1970).

REFERÊNCIAS

ILLICH, I.. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MUNDIM NETO, J. F.. **A crise da educação contemporânea e a escola: o que paira sobre o chão que pisamos?.** Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

TUNES, E.; PEDROSA, L.P.. **O silêncio ou a Profanação do Outro**. Revista virtual de Gestão de Iniciativas Sociais, nº 8, 16-24, fev, 2007.